

Diário do Legislativo de 03/03/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 343ª reunião ordinária, em 3/3/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/97, do Deputado Arnaldo Penna e outros, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 106 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/96, do Deputado Marcos Helênio e outros, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 739/96, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre o uso de uniformes por policiais civis nos casos que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa Social opina por sua rejeição. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 478/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre o livre acesso da sociedade aos estabelecimentos policiais e carcerários. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.299/97, do Deputado João Batista de Oliveira, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção de trechos rodoviários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 326/95, do Deputado João Batista de Oliveira, que dispõe sobre a promoção, pela Loteria Mineira, de extração especial da Semana do Excepcional. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Foram apresentadas ao projeto duas emendas, que serão votadas independentemente de parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.390/97, do Deputado Paulo Schettino, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Civis e Fiscais de Trânsito e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 901/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a condução de animais domésticos nas rodovias estaduais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 913/96, do Deputado Jorge Hannas, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matipó. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.153/97, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui o Programa Estadual de Apoio à Cotonicultura e à Fruticultura Norte-Mineiras. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.176/97, do Deputado João Batista de Oliveira, que proíbe a cobrança de taxas, mensalidades e contribuições nas escolas da rede estadual e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cléuber Carneiro e outros, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97, do Deputado José Bonifácio e outros, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.239/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao inciso I do art. 69 da Lei nº 7.109, de 13/10/97, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Administração Pública perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 771/96, do Deputado Geraldo Nascimento, que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 10.624, de 17/1/92. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.258/97, do Deputado José Militão, que dispõe sobre o recolhimento de contribuição previdenciária por ocupante de cargo em comissão em outro Poder que não o de origem. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.127/97, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.171, de 31/5/96. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.450/97, do Deputado Bené Guedes, que altera o art. 2º da Lei nº 11.488, de 13/6/94, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ervália. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente E RECURSOS NATURAIS, a realizar-se às 15 horas do dia 3/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.293/97, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência E Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 4/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.447/97, do Deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.353/97, do Deputado Baldonado Napoleão; 1.412/97, do Deputado José Militão; 1.434/97, do Deputado Leonídio Bouças; 1.340/97, do Deputado Mauri Torres; 1.342 e 1.388/97, do Deputado Ronaldo Vasconcelos.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.496/97, do Deputado Ailton Vilela; 1.471/97, do Deputado Geraldo Rezende; 1.475/97, do Deputado Olinto Godinho; 1.491/97, do Deputado Ronaldo Vasconcelos.

Requerimentos nºs 2.465/98, do Deputado Bené Guedes; 2.452/97, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 2.455/97, da Deputada Elbe Brandão; 2.458/97, do Deputado Jorge Hannas; 2.453/97, do Deputado José Maria Barros; 2.461 e 2.464/98, do Deputado Marco Régis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 4/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.457/97, da Deputada Elbe Brandão.

Requerimento nº 2.459/97, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 4/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.447, 2.456 e 2.457/97, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 83ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 4/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.454/97, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.466/98, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 91ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 4/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.470/97, do Deputado Durval Ângelo; 1.473/97, do Deputado Wanderley Ávila; 1.525/97, do Deputado Anderson Aduino; 1.565/97, do Deputado Bené Guedes; 1.494/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.515/97, do Deputado José Bonifácio; 1.543/97, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.391/97, do Deputado Ajalmar Silva; 1.468/97, do Deputado Ermano Batista; 1.138/97, do Deputado Ivair Nogueira; 1.490/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.376/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.312 e 1.455/97, do Deputado Wanderley Ávila.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.568/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.534/97, do Deputado Ajalmar Silva; 1.566/97, do Deputado Bené Guedes; 1.506, 1.536 e 1.537/97, do Deputado Francisco Ramalho; 1.513/97, do Deputado Irani Barbosa; 1.529/97, do Deputado Ivair Nogueira; 1.508 e 1.567/97, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.559/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.520/97, do Deputado Jorge Hannas; 1.504 e 1.521/97, do Deputado José Militão; 1.553/97, do Deputado Kemil Kumaira; 1.557/97, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.531 e 1.563/97, do Deputado Miguel Martini; 1.505, 1.510 e 1.539/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.560 e 1.562/97, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.542/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.507/97, do Deputado Wilson Pires.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 4/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Finalidade: discutir assuntos pertinentes à Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 4/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.430/97, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art.82, item XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 3/3/98, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado, 30/96, do Deputado Cléber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado, 36/97, do Deputado José Bonifácio, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado, e 40/97, do Deputado Arnaldo Penna, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 106 da Constituição do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 739/96, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre o uso de uniformes por policiais civis nos casos que especifica e dá outras providências, 478/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre o livre acesso da sociedade aos estabelecimentos policiais e carcerários, 1.299/97, do Deputado João Batista de Oliveira, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção de trechos rodoviários, 326/95, do Deputado João Batista de Oliveira, que dispõe sobre a promoção, pela Loteria Mineira, de extração especial da Semana do Excepcional, 1.390/97, do Deputado Paulo Schettino, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Civis e Fiscais de Trânsito e dá outras providências, 901/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a condução de animais domésticos nas rodovias estaduais, 913/96, do Deputado Jorge Hannas, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais ao Município de Matipó, 1.153/97, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui o Programa Estadual de Apoio à Cotonicultura e à Fruticultura Norte-Mineiras, 1.176/97, do Deputado João Batista de Oliveira, que proíbe a cobrança de taxas, mensalidades e contribuições nas escolas da rede estadual e dá outras providências, 1.239/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao inciso I do art. 69 da Lei nº 7.109, de 13/10/97, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, 771/96, do Deputado Geraldo Nascimento, que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 10.624, de 17/1/92, 1.258/97, do Deputado José Militão, que dispõe sobre o recolhimento de contribuição previdenciária por ocupante de cargo em comissão em outro Poder, que não o de origem, 1.127/97, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.171, de 31/5/96, 1.450/97, do Deputado Bené Guedes, que altera o art. 2º da Lei nº 11.488, de 13/6/94, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ervália, 1.219/97, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 11.404, de 26/1/94, que contém as normas

de Execução Penal, 1.273/97, do Deputado José Militão, que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 9.754, de 16/1/89, e 1.393/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de março de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.599

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Anderson Adatao, Adelmo Carneiro Leão e Raul Lima Neto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/98, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 1998.

Arnaldo Penna, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.528

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Maria Barros, Anderson Adatao, Raul Lima Neto e Miguel Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/98, às 15h45min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 1998.

Rêmolo Aloise, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.594

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Toninho Zeitune, Ivair Nogueira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/98, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1998.

Geraldo Santanna, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.603

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Antônio Andrade, Bené Guedes e Ronaldo Vasconcellos, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada em 4/3/98, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 2 de março de 1998.

Roberto Amaral, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

340ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 19/2/98

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, distinto e seletto público que nos vê e nos ouve, representantes da imprensa, povo mineiro, em nossa primeira intervenção na abertura dos trabalhos legislativos deste ano, não poderíamos deixar de registrar nossa satisfação e alegria por termos participado de um dos eventos mais bonitos e gratificantes que este Deputado vivenciou ao longo de sua vida pública.

Referimo-nos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao I Festival de Férias Popular, realizado em Montes Claros, de 9 a 24 de janeiro, sob os auspícios da UNIMONTES, em parceria com o Ministério Extraordinário dos Esportes, por intermédio do INDESP e da Prefeitura de Montes Claros, tão bem administrada pelo Prefeito Jairo Ataíde.

Foi importante vermos o alcance social do referido festival, que reuniu 8.500 crianças carentes, de 6 a 15 anos, dos bairros periféricos da cidade de Montes Claros, em atividades educativas, de lazer e de entretenimento.

Isso mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados: 8.500 crianças, 97% delas oriundas das camadas de baixa renda, que jamais tiveram a oportunidade de conhecer um clube social, uma piscina ou um parque de diversões. Elas foram arrebanhadas na periferia de Montes Claros, retiradas das ruas, onde muitas, por não terem o que fazer, se prestam ao aviltante papel de flanelinhas, para viverem momentos de completa integração social, participando de atividades desportivas, culturais e educativas.

Isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, num momento difícil da vida econômica e social do País, em que, dividindo espaço com assuntos mais relevantes e complexos, as manchetes de tevês, jornais e rádios - e até mesmo a telinha da Internet - estampam horrores da infância brasileira, às voltas com os mais selvagens casos de violência, uso de drogas e outros

crimes hediondos, apesar de todos os esforços dos Governos Federal e Estadual em arrojados investimentos em programas sociais para amparar e proteger os menores do País.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a UNIMONTES marcou um belíssimo tento, proporcionando, mesmo que por alguns momentos, grande alegria para a garotada, e por essa razão sentimo-nos orgulhosos de pertencer ao PSDB, pois a UNIMONTES exercitava ali, em toda a sua cristalinidade, o verdadeiro espírito do socialismo preconizado pelo partido.

Projeto-piloto no Brasil e um dos maiores programas desenvolvidos entre crianças e adolescentes de famílias carentes em nosso Estado, esse festival da UNIMONTES apresentou-se como fator importantíssimo para o resgate da cidadania das crianças oriundas das camadas de baixa renda, dando-lhes oportunidades que geralmente lhes são negadas pela sociedade e dispensando-lhes tratamento social igualitário.

Concluímos fazendo votos por que a promoção seja mantida no calendário educacional, desportivo e cultural do Município de Montes Claros, a partir deste ano, e, quem sabe, imitada e implementada por outras universidades do interior do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, outro assunto, também da maior importância, nos traz a esta tribuna. Ele vem quase na sequência desse trabalho dedicado à infância, visando à preparação para o curso superior. Refiro-me à criação do curso superior de Agronomia da UFMG em Montes Claros.

Como o grande pólo do Norte de Minas, área tipicamente agrícola, há muito Montes Claros sonha com seu curso superior de Agronomia. Há 10 anos, esse antigo anseio tomou a forma de uma reivindicação reiterada, à qual vimos dando todo nosso apoio. Nossa vivência no setor nos ensinou que, devido ao clima, ao solo e às próprias raízes culturais das várias regiões, a agropecuária apresenta, em cada uma delas, exigências peculiares. Daí as grandes vantagens da formação de quadros técnicos sintonizados com as realidades locais.

Por isso, nunca nos conformamos com as levas de jovens que partem dos municípios norte-mineiros para estudar Ciências Agrárias em escolas de Belo Horizonte, Lavras, Viçosa e até de outras unidades da Federação. Não que esses estabelecimentos não sejam bons. Ocorre que, além das muitas dificuldades sofridas pelos estudantes, que são obrigados a se deslocar de suas terras natais, as lições são aprendidas em contextos muito diferentes daqueles nos quais se dará a prática profissional efetiva.

Há anos vimos mantendo contato com a UFMG, que mantém em Montes Claros o Núcleo de Ciências Agrárias, para a formação de técnicos com especialização em Bovinoculturas, Nutrição Animal, Irrigação e Drenagem. Junto com a comunidade, lutamos para que a estrutura do estabelecimento seja aproveitada para o funcionamento do curso superior de Agronomia, de que a população da região tanto necessita.

Foi apresentado e tramitado normalmente todo esse projeto na UFMG. Hoje, neste exato momento, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão está votando o projeto do relator, Prof. Rodrigo da Matta Machado. Temos a certeza de que ele será aprovado, fazendo com que Montes Claros e a região ganhem mais uma escola de Agronomia.

Nós, que vínhamos lutando pela causa anos a fio, exultamos junto com a comunidade montes-clarenses. Era o coroamento de uma longa caminhada, da qual participaram todas as forças da sociedade local, destacando-se o Diretor, Prof. Guálter, e toda sua equipe de professores.

Quero, por isso mesmo, apelar para os ilustres membros daquele colegiado para que o Norte de Minas possa finalmente celebrar uma conquista que dará novo alento à economia regional. Para que mais alimento seja colocado na mesa dos mineiros, para que o Estado possa exportar mais, para que nosso homem do campo tenha condições de concorrer em pé de igualdade no mercado internacional, precisamos de uma agropecuária moderna. Esse objetivo exige profissionais bem-preparados. Por isso, queremos que ainda neste semestre o nosso curso superior de Agronomia seja instalado na cidade de Montes Claros. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no decorrer dos anos passado e retrasado, inúmeras vezes ocupamos esta tribuna para denunciar os desmandos que aconteciam na cidade de Pirapora, através da prática da corrupção deslavada, por aquele Prefeito que havia em nosso município e que foi cassado por corrupção.

A população de Pirapora foi vítima, e este Deputado, Wanderley Ávila, ex-Prefeito daquela cidade, não deixou de ser uma das vítimas - talvez uma das mais prejudicadas -, porque aquele Prefeito, cassado por corrupção, intitulado de ladrão, tinha a seu serviço e a desserviço de Pirapora um jornal chamado "Folha de Pirapora". Através desse jornal - em que se praticava a imprensa marrom, e que hoje já não mais existe - em manchetes, em letras garrafais, ele colocava que o Deputado Wanderley Ávila não poderia disputar a reeleição - este mandato em que estamos -, porque as contas do Deputado Wanderley Ávila, quando Prefeito de Pirapora, não tinham sido aprovadas pela Câmara Municipal. E em todos os municípios onde o Deputado Wanderley Ávila trabalhou e trabalha, e aos quais, em busca da reeleição, chegava, já encontrava os jornais editados pela Prefeitura Municipal. Então, este Deputado, que teve a sua votação duplicada, que teve aproximadamente 16 mil votos na primeira eleição e que chegou aos quase 30 mil votos na segunda, poderia ter chegado aos 50 mil votos. Não chegou, por ter sido vítima desse jornal. Os três itens rejeitados pela Câmara Municipal não impediriam ninguém de disputar uma eleição, porque, segundo o Tribunal de Contas, são falhas técnicas sanáveis. Quais foram esses três itens? Não ter tido 25% com a educação; na Câmara Municipal, os Vereadores terem recebido subsídio a mais. Primeiro, não foi dada pela Câmara, ao ex-Prefeito Wanderley Ávila oportunidade de defesa. O Deputado Wanderley Ávila procurou o Tribunal, comprovou que gastou mais de 25% com a educação e que os Vereadores não tinham recebido a mais, entrou com recurso junto ao Tribunal de Contas pedindo reconsideração do feito, uma ação de revisão de julgado. O Tribunal de Contas, observando que houve realmente falha e que não fora dado ao Deputado Wanderley Ávila o direito de defesa junto à Câmara, concedeu a revisão do julgado e determinou que a Câmara fizesse um novo exame daquela prestação de contas. A Câmara se reuniu, deu oportunidade ao Deputado de fazer a sua defesa, e as contas foram aprovadas. O então Deputado Wanderley Ávila, através de seu advogado, entrou com uma ação ordinária na Comarca de Pirapora pedindo a anulação dos atos da Câmara, quando da reprovação das contas relativas ao ano de 1988. Ficou o processo algum tempo no Fórum, e, nesse intervalo, candidatos a Deputado Estadual pelo Norte de Minas, candidatos até por outras regiões, nossos próprios colegas encontravam-se com Prefeitos e eram capazes de dizer que o Deputado não iria disputar a eleição, porque as suas contas não foram aprovadas pela Câmara. Isso saiu estampado em letras garrafais nos jornais de Montes Claros. É a mesma sabatina, é o mesmo lero-lero, é a mesma mentira, é o mesmo engodo endossado por candidatos a Deputado na cidade de Montes Claros. Entramos com uma ação na Justiça, e hoje já existe jurisprudência formada no Tribunal de Alcáida determinando o pagamento de indenização nesses casos. E Wanderley continua a receber de correligionários políticos a informação de que os recortes, dizendo que não é candidato, continuam se espalhando. Mas aguardávamos o pronunciamento da Justiça, porque entramos com uma ação. E aguardávamos pacientemente, mesmo apanhando em tempo eleitoral, enquanto esses nossos adversários se uniam aos nossos inimigos. Adversários que, em busca de uma cadeira nesta Assembléia, fizeram um jogo sujo e desleal para com a minha pessoa. Mas hoje eu pergunto a esses opositores, a esses que alimentam essa mentira através da imprensa, o que será feito agora? Aguardamos com paciência, porque a Justiça tarda, mas não falha. E hoje, depois de o próprio Tribunal de Contas mandar que essa posição fosse revista, depois de muito tempo no Fórum da Comarca de Pirapora, o Promotor de Justiça, na última lauda, coloca para S. Exa., o MM. Juiz de Direito, que, diante das considerações que ele teceu frente a essa ação que impetramos, opina pela homologação do acordo, extinguindo-se o processo, com julgamento do mérito. E, para não ser necessário tomar o tempo de V. Exas., vamos ler os dois últimos parágrafos da sentença proferida pelo Dr. José Hélio da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Pirapora, proferida no dia 12 e registrada no cartório no dia 16, portanto, três dias depois. Eu já disse e repeti isso várias vezes, o que não deixa de nos irritar. É como uma pessoa que quebra o braço: várias pessoas chegam e perguntam sempre a mesma coisa. É uma chatura. E os colegas Deputados não imaginam o que é você chegar para um comício e encontrar mil ou duas mil cópias de um jornal com mentiras a seu respeito. Espero agora que meus adversários concorrentes e meus inimigos descubram outra acusação que não seja essa. Vou ler a conclusão do Juiz: "Ante o exposto, julgo totalmente procedente o pedido inicial. Declaro ilegal e, conseqüentemente, nula a decisão da Câmara Municipal de Pirapora que rejeitou as contas do autor. Condeno a Câmara, ré, a pagar as custas e as despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do autor, que fixo no percentual de 10% sobre o valor atualizado da causa. Publicar, registrar e intimar. Pirapora, José Hélio da Silva, Juiz de Direito."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, jornalistas, senhores, senhoras, estamos aqui, graças a Deus, depois de um período de férias, que a maioria da Casa não pôde gozar, porque é ano eleitoral. Por isso, é evidente, é natural que esteja acesa no coração de cada Deputado, de cada companheiro, aquela chama da vocação, se ele crê nela. Ele propõe mantê-la acesa e então tem que sair correndo. Mas nos dá saudade da tribuna da Assembléia, uma vez que nela o companheiro, o Deputado, o parlamentar procura também, sendo homem racional, aproveitando o espaço e o tempo que Deus lhe dá, difundir suas idéias, porque a difusão de idéias é política. É política genuína, é política verdadeira. É política que liberta, porque a liberdade vem pelo exercício da política, na verdade. Já diz o Verbo Eterno: "Conheceis a verdade, e a verdade vos libertará".

É para falar da verdade que subo a esta tribuna. Gostaria de parabenizar o jornal "Hoje em Dia", que tão gentilmente nos convidou para a cerimônia desta noite, em homenagem ao seu 10º aniversário. Que oportunidade para falar, difundir a política, alvo de meu interesse!

A imprensa talvez não o saiba, ou talvez não o saibam alguns, por não pensarem ou por não se interessarem pelo assunto, mas quem raciocina chega à verdade de que a imprensa

constitui não o quarto poder, mas o poder de junção, o poder de juntar os Poderes, o poder de ajustar os Três Poderes. Isso eu afirmo pelo conhecimento da verdade.

Ora, se está tão claro nas Escrituras, só quem nunca se interessou por estudá-las é que não descobriu essa verdade. Se você ler o livro "Provérbios", de Salomão, você verá isso. Ele diz: "Não havendo profetas, o povo se corrompe". Mas profeta e jornalista no Antigo Testamento tinham a mesma função. O título de profeta era para alguém como jornalista. Profeta era aquele que tinha um dom de Deus. Quem dera todo jornalista soubesse disso. E se não sabe é porque não parou para pensar no dom. É um dom no corpo, é um dom social. São Paulo, Dr. Paulo de Tarso, filósofo, cidadão judeu e romano, pregador admirado por grandes pensadores daquela época, certa feita disse: "Quando Jesus subiu, o Verbo subiu; quando a Palavra subiu, levou cativo o cativo e concedeu dons aos homens". Dons aos homens, então, jornalismo como política, como aquele que tem o dom para Medicina, aquele que tem o dom para o Direito, para as letras. Sim, existem aqueles que têm algum dom: os profetas, apóstolos, pastores, mestres, doutores. Como diz o livro de Efésios, geralmente existe a especificação do corpo. E que importância é dada pela Bíblia? O poder que evita a corrupção. Jeremias anunciou pela sua palavra a disciplina que viria sobre a nação por ela estar corrompida. O Profeta Habacuque começa seu livro dizendo: "Até quando, Senhor, até quando clamaremos por justiça? Até quando a justiça será transformada em alosna, porque o direito é torcido?" Vejam que ele, na sua vocação jornalística, escrevia e com isso alertava para uma correção, para um arrependimento, para uma mudança de caminho dos demais poderes.

Jornalista, Habacuque chegou a escrever a mensagem que a verdade lhe dava, que o Senhor lhe dava, no primeiro "out-door" da história. Está no livro de Habacuque, em letras garrafais, de modo que possa ler aquele que passar correndo: "O justo viverá pela fê". A vitória que pode transformar uma nação é a fê do seu povo. A fê na verdade, a fê na justiça, a fê na palavra de Deus.

Jornalistas, que grande vocação profética! Esta noite, teremos aqui a celebração do 10º aniversário do jornal "Hoje em Dia". Mais um jornal, mais um bom jornal. Um jornal que procura informar, um jornal como todos que, se não procuram, deveriam procurar perseguir a verdade, despojado de todo e qualquer embaraço ou de toda e qualquer armadura ou tendência contra a verdade, porque também aqui se celebra o que no céu se sabe, e também se celebra, porque do céu é que vem a marcação do tempo. Dez anos.

Jesus Cristo, o Verbo Eterno, disse certa ocasião: "O homem responderá diante de Deus por cada palavra frívola que sair dos seus lábios". E nós podemos arrazoar: "Vocação das vocações, vocação excelente, vocação moderadora, vocação que baliza, vocação que precisa andar de mãos dadas com a verdade e com a justiça, vocação que não pode estar comprometida de maneira nenhuma, porque, se comprometidos estiverem os profetas, já não são profetas de Deus, mas de Baal".

Mas é vocação bendita, vocação na qual pairam bênçãos do Senhor, bênçãos de Javé. Vocação na qual paira a condição de receber bênção aquele que recebe um profeta na condição de profeta. Vocação que deve ser honrada. Mas vocação livre.

Nós somos sacerdotes da política, porque os pastores eram chamados políticos daquela época: "Ai de vós, pastores, que devorais as minhas ovelhas". E os profetas profetizavam e escreviam de tal maneira que os reis, que os juizes se consertavam ou perdiam o povo. E o povo é o poder, porque, se o poder emana do povo, é porque o povo é de Deus, e se o povo é de Deus, tem que ser alimentado com a verdade e com a justiça.

Hoje li na minha meditação diária, porque essa fraqueza aqui também lê a Bíblia todo dia: "A misericórdia de Deus é a razão de não sermos consumidos, porque ela não tem fim e se renova a cada manhã".

Jornalista é como Jeremias, que, após escrever seu jornal, seu livro, mandou que Baruque o lesse. Baruque leu o livro, Baruque havia escrito; Jeremias ditou, já estava mais velho na sua profissão, e o rei mandou queimar, e ele mandou escrever outro.

Mas foram homens que vislumbraram as virtudes do tempo, enxergaram uma época bem-vinda, enxergaram o reino de justiça, perceberam o reino de alegria, enxergaram o reino de prosperidade, compreenderam um reino em que existe um rei cujo nome é Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz, Jesus. Reino esse que não é aparente, que não é denominação. Claro que não é, Jesus está em todo aquele que crê nele, Ele é a verdade, é o reino invisível, é de coração em coração. O reino de Deus não é comida nem bebida. Não é isso. O reino de Deus não é aparente, não é comida, nem bebida; é justiça, paz e alegria no Espírito Santo do povo e da nação.

Foi assim que Jesus, o político, o pastor, não escreveu uma letra sequer, não deixou nada escrito. Os Evangelhos foram escritos pelos discípulos, pelos apóstolos iluminados, que, no dia de Pentecostes, cheios do Espírito Santo, trouxeram os arcanos divinos à revelação humana. Jesus, o Verbo Eterno, o Verbo que não escreveu, mas que teve jornalistas e profetas que escrevessem sobre ele, e que quer que seu reino venha ao nosso país, um reino de justiça, de paz e de alegria, que começa no coração de cada pessoa e - tenho a convicção - no coração de cada político, de cada Deputado, de cada Senador, de cada Governador, do Presidente que for eleito. Tão bom será que isso aconteça...

Temos consciência de que aquele que começou a boa obra pode completá-la não por força ou por poder, mas pelo Espírito de Deus, que usa homens destemidos, compromissados com a verdade e com a justiça: jornalistas do Brasil, jornalistas de Minas, jornalistas de Deus. É o nosso desejo e o meu discurso. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus senhores, minhas senhoras; anteontem, ao usar esta tribuna, comentávamos com tristeza o quadro de dengue no Estado. Tivemos que nos pronunciar, uma vez que a situação está totalmente fora de controle e tem alarmado as autoridades sanitaristas.

Mas hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos uma notícia que mostra claramente que, com determinação política, podemos mudar as coisas. Estamos nos referindo à construção da barragem de Jequitaiá, no Norte de Minas Gerais, envolvendo as cidades de Jequitaiá, Várzea da Palma, Claro dos Poções, Francisco Dumont, Engenheiro Navarro e Lagoa dos Patos. Uma obra de R\$243.000.000,00, que está a um passo de se tornar realidade. Em dezembro do ano passado, o Governador Eduardo Azeredo esteve em Brasília e, numa audiência com o Ministro Gustavo Krause e com o Dr. Paulo Romano, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, apresentou os projetos, que estão prontos há mais de dez anos; foram feitos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF. O Governador solicitou que a barragem fosse incluída no processo de negociação com financiamentos internacionais, através do Pró-Água, e tivesse a chance de ser levada à discussão no Banco Mundial e no Governo Federal.

Na semana passada, o Diretor da CODEVASF em Montes Claros, Dr. Ciriaco Serpa de Menezes, passou-nos um fax, do Ministério do Meio Ambiente, dizendo que a barragem foi incluída, graças à pressão política, ao esforço do Governador, do Vice-Governador e de lideranças ligadas ao Norte de Minas. Essa notícia tem um significado todo especial para a região, que tem um grande potencial de águas, o São Francisco, o Jequitaiá, o Jequitinhonha; lá será construída a barragem de Irapé, através do rio Verde Grande e de outras dezenas de pequenos rios que compõem a grande bacia do São Francisco. A região sempre lutou por obras dessa natureza, com financiamentos da magnitude de R\$243.000.000,00. Essa obra vai gerar 32 mil empregos diretos; serão irrigados 45.000ha, numa região próxima aos grandes centros consumidores, como Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. A região é bem servida por estradas asfaltadas, pela hidrovía do rio São Francisco, pela rede ferroviária; tem toda a estrutura para receber um projeto dessa natureza. Tenho certeza absoluta de que não vai ser apenas um projeto de irrigação, mas de desenvolvimento sócio-econômico; vai gerar milhares de empregos e beneficiar diretamente uma das regiões mais ricas do Norte de Minas Gerais.

Tivemos, graças a Deus, ao lado de outros parlamentares desta Casa, todo o empenho em favor de projetos dessa natureza. Por diversas vezes, fomos com o Prefeito Dr. José Alberto a Brasília, onde estivemos com o Deputado Federal Fernando Diniz. Promovemos nesta Casa, por três vezes, audiências públicas, chamando as autoridades, mostrando a necessidade de investimento na barragem do rio Jequitaiá, mostrando a necessidade de o Governador envolver-se, comprometendo todo o seu prestígio, esforçando-se ao máximo, como tem feito pelo Norte de Minas. E hoje temos essa belíssima notícia de que a barragem do Jequitaiá é uma realidade e, se Deus quiser, vai iniciar-se este ano, porque a CODEVASF vai receber a ordem de início das obras e a barragem vai gerar energia elétrica, projetos agroindustriais e, acima de tudo, empregos para 32 mil famílias, que vão utilizar os 45.000ha.

O Deputado Roberto Amaral (Em aparte) - Deputado, quero agradecer a oportunidade para, inicialmente, cumprimentá-lo não só pelo pronunciamento, mas principalmente pela defesa desse projeto, dessa barragem da cidade na qual V. Exa. é votado.

Gostaria de dizer que foi na época em que éramos Diretor-Geral da CODEVASF que avançamos e concluímos o estudo do projeto dessa barragem. É o projeto mais rico em termos de detalhes, tanto é que, inicialmente, estava prevista a construção de uma barragem, mas serão duas barragens, exatamente, para poder minimizar os efeitos danosos da área de inundação. Com a construção delas e o início da implantação do projeto de irrigação, a região vai concluir todos os seus projetos públicos de irrigação, a começar pelo Projeto Gorutuba, nas cidades de Janaína e Porteirinha; a seguir, os Projetos Pirapora e Jaíba, que hoje é realidade, culminando com o Projeto Jequitaiá. Dessa forma, a região vai ficar numa situação em que todos nós poderemos ter melhores condições de trabalho, de vida e bem-estar. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação de V. Exa., a qual foi muito importante. Quando foi Diretor da CODEVASF e quando exerceu pela primeira vez o mandato de Deputado Estadual, foi uma peça importante na concretização desse grande sonho. Congratulo-me com V. Exa. e o cumprimento pelo trabalho que fez, por todos esses projetos citados e também pelo Projeto Jequitaiá.

Mas, Srs. Deputados, a grande diferença que há entre o Governo Eduardo Azeredo e os outros deve-se à determinação. Este é o termo mais apropriado para o Governador de Minas Gerais, homem determinado e sério, que não promete o que não pode cumprir e se preocupa com obras, pequenas ou grandes, como a do Projeto Jequitaiá. Ele se preocupa não só em levantar a hipótese da construção de uma obra dessa natureza, como também em garantir os recursos suficientes. Por isso, quando o Governador Eduardo Azeredo chega ao Norte de Minas, todas as pessoas e todas as lideranças o recebem com festas, porque ele nunca faltou com a palavra, nunca deixou de cumprir um compromisso sequer, nunca deixou de empenhar-se em busca de soluções dessa natureza. Em meu nome, no dos dez Deputados que têm assento nesta Casa, no de 1.500.000 norte-mineiros, no das cidades citadas, e, de maneira muito especial, de Jequitaiá, gostaria de cumprimentar o Governador Eduardo Azeredo por sua determinação, por esse projeto político e pela palavra empenhada e cumprida, que não é nenhuma enganação, nenhuma promessa sem valor, como temos observado por aí.

Gostaríamos de agradecer-lhe pelo empenho na construção da barragem do Jequitaiá. São R\$243.000.000,00; é muito dinheiro.

Este é o agradecimento que externamos nesta Casa. É uma alegria dizer que vale a pena ser Deputado Estadual no Governo Eduardo Azeredo. É muito bom dizer que temos orgulho em apoiá-lo, porque o Norte de Minas sabe perfeitamente do débito e da gratidão que temos com ele. Obrigado, Governador. Certamente, saberemos dar a resposta no momento certo, para que V. Exa. possa continuar o grande trabalho que vem realizando no Estado.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, também, em nome do povo de Montes Claros, de poder me despedir de uma grande pessoa, a Sra. Eunice Rocha Souza, que faleceu anteontem. Mulher destemida, há muitos e muitos anos foi Diretora do Departamento de Ação Social, órgão ligado ao movimento vicentino de Montes Claros. Era uma pessoa simples da sociedade, tinha 9 filhos e 42 netos. Deixou uma saudade incalculável em toda a sociedade montes-clarenses. São pessoas iguais a D. Eunice que fazem a história de uma cidade e de um povo. Com muita honra, desta tribuna, em meu nome, no do Presidente e no dos colegas Deputados, agradeço aos nove filhos de D. Eunice e aos seus 42 netos pela pessoa maravilhosa que nasceu em Montes Claros e viveu a vida toda nessa cidade, lutando pelas obras sociais, saindo de carro para recolher cestas básicas e distribuí-las às pessoas carentes.

É o anonimato que faz a história do nosso País. Não precisa ser pessoa grádua ou importante. Temos o orgulho e a satisfação de dizer que Montes Claros reverencia a memória de pessoas simples como D. Eunice. Certamente, a sua obra social terá continuidade através de seus filhos, do movimento do Departamento de Ação Social ligado ao movimento vicentino, que é importante, marcante e tem, realmente, ajudado os pobres de Montes Claros. Muito obrigado, D. Eunice. Agradeço-lhe em meu nome e no de minha família, no desta Casa e no de Montes Claros. Muito obrigado.

341ª reunião ordinária

Discursos Proferidos em 25/2/98

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para tratar de um assunto de interesse não só dos mineiros, mas de todos os brasileiros.

Por muitos anos, aguardamos, e a própria Assembléia esteve envolvida na discussão para a implantação do novo Código de Trânsito Brasileiro. Na semana passada, sob a Presidência do Deputado Romeu Queiroz, realizamos uma teleconferência e vimos o interesse da população de Minas Gerais, bem como o das autoridades, em discutir esse assunto, que é de suma importância.

Mas alguns pontos devem ser discutidos, e temos ainda muitas dúvidas, que devem ser debatidas não só pelos motoristas, mas também pelos pedestres e por todos que estão envolvidos com o novo código de trânsito. Alguns entendem que ele é duríssimo, mas penso como muitos no País: ele deve punir severamente os que cometerem verdadeiros crimes no trânsito.

Sabemos que mais de 70% da ocupação dos hospitais brasileiros por traumatologia e na parte de ortopedia é causada justamente por acidentes de trânsito. Minas Gerais, infelizmente, por ser um Estado que possui uma malha viária muito grande - a maioria das rodovias federais passa por aqui, ligando os outros Estados ao Sul do Brasil -, a cada feriado prolongado, final de semana, férias, acontecem muitos acidentes, muitas mortes, trazendo uma tristeza muito grande para todos nós. Ao mesmo tempo, esses acidentes têm para Minas Gerais e o Brasil um custo altíssimo.

Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de acompanhar a sua iniciativa em relação à teleconferência que a Assembléia Legislativa realizou na semana passada. Pudemos ouvir também a sua intenção de acompanhar a implementação do novo Código de Trânsito Brasileiro. Quero me alegrar com essa decisão de V. Exa. porque sabemos que, apesar de o novo Código estar vigorando, muita informação ainda tem que ser colocada para os motoristas e os pedestres. O número de acidentes ocorridos neste carnaval, infelizmente, mostra essa realidade. Tivemos, até este momento, exatamente o mesmo número de acidentes, feridos e mortos do carnaval passado. Isso serve como alerta para todas as autoridades de Minas Gerais. É uma preocupação que todos nós devemos ter para que, realmente, seja implementado com rigor e vigor o novo Código. As multas neste feriado foram muitas, mas, infelizmente, os acidentes aconteceram.

Preocupado com isso, farei ao Presidente um requerimento. Tive a oportunidade de viajar pelas nossas estradas, neste feriado, como muitos companheiros Deputados. Desta vez, usei a BR-262 e me impressionei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o grande número de placas do DNER anunciando obras. Em algumas, lia-se mais ou menos assim: "Desculpem o transtorno. Estamos em obras". Mas são obras de ficção, porque não conseguimos vê-las. Isso é grave. A cada 5km de estrada, praticamente, vemos grandes placas, que têm um custo alto para o erário, mas, efetivamente, não vemos obras, e elas são fundamentais.

Com as chuvas de final de ano, a sinalização vertical ficou sumida dentro do mato, praticamente desapareceu. Com isso, surgiram vários problemas, porque essa sinalização adverte para as curvas fechadas, as pontes, os perigos. E vemos as altas placas colocadas pelo DNER, enquanto o mato está encobrindo a sinalização vertical. A sinalização horizontal, tão importante, que deveria estar mostrando o perigo das ultrapassagens em faixas contínuas, não existe. A sinalização se apagou, e estamos, permanentemente, vivendo em perigo por esse motivo.

Ao contrário, a sinalização indicando obras existe em grande número. Entretanto, na verdade, essas obras não existem. Por isso, Sr. Presidente, farei um requerimento a V. Exa. solicitando que o DNER envie à Assembléia Legislativa, principalmente com relação a esse trecho da BR-262, de Belo Horizonte até à divisa com o Espírito Santo, informações sobre as obras que estão sendo realizadas. Sei que se formos ouvir outros Deputados de outras regiões do Estado, tomaremos conhecimento de que ali também essas placas estão sendo colocadas. Mas, efetivamente, não estamos vendo as obras ali anunciadas nem o pedido de desculpas do DNER pelos transtornos e perigos causados aos motoristas por causa das obras que, infelizmente, não vemos. Elas não existem.

Por isso, estaremos enviando um requerimento para que o DNER esclareça a Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre onde estão as obras anunciadas, bem como o montante gasto em tantas placas anunciando obras que infelizmente não vemos. Mas devemos dar oportunidade ao DNER para que possa nos esclarecer sobre o assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna nesta tarde de Quarta-Feira de Cinzas é, como não poderia deixar de ser, a Campanha da Fraternidade, que está sendo lançada hoje em todo o País. Aproveitando-me das palavras do brilhante Deputado João Leite, que veio destacar o Código Nacional de Trânsito, quero dizer que a Campanha da Fraternidade, como acontece desde 1962, tem abordado temas que envolvem toda a sociedade, não apenas no enfoque espiritual, mas trazendo para a discussão temas de relevante interesse da sociedade.

No ano retrasado, a discussão foi sobre a questão política. Em razão dessa discussão, já podemos notar muitos avanços. No ano passado, o tema foi "os encarcerados", e discutimos o tema do sistema prisional brasileiro. Esta Casa legislativa deu uma demonstração da importância desse tema, através da CPI aqui instaurada, da qual participei durante algum tempo,

e tão bem presidida pelo Deputado João Leite. Ela levantou problemas graves e, mais do que isso, apontou soluções. Muitas das medidas propostas pela CPI já começaram a vigorar, e outras estão em curso para se tornar realidade no Estado. Então, como aconteceu em Minas Gerais e em outros tantos Estados da Federação, também esse sistema foi levantado e discutido. Muito prazer por sua palavra, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (Em aparte) - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Acompanhando o seu discurso, gostaria de anunciar que a Assembléia já está fazendo isso. O Deputado Romeu Queiroz programou para o primeiro semestre a discussão do Programa Estadual de Direitos Humanos, no qual, sem dúvida, haverá um capítulo sobre os encarcerados, que foram tema de uma discussão tão importante feita pela Assembléia no ano passado e que trouxe subsídios não apenas para uma mudança no sistema carcerário, mas para uma mudança na segurança pública do Estado. O Governador do Estado já sancionou uma das leis da CPI, que trata da necessidade do cargo de Defensor Público em todas as comarcas do Estado. Essa é uma legislação que vem beneficiar todo o Estado. Sem dúvida, há outros projetos também importantes tramitando na Assembléia. Citaria, Deputado Miguel Martini, o que trata da transformação da Secretaria da Justiça em Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, que terá a incumbência de implementar o Programa de Direitos Humanos no Estado. A aprovação desse projeto, com a sanção do Governador, mudará, em nosso Estado, o tratamento da questão dos direitos humanos. Sem dúvida, a outra legislação, que faz com que a Polícia Civil volte para as ruas, ficando a cargo da Secretaria da Justiça o cuidado dos quase 15 mil condenados do Estado, também transformará o sistema de segurança pública, pois teremos a Polícia Civil fora das cadeias e cuidando efetivamente do cidadão nas nossas cidades. Por isso, gostaria de aproveitar o seu discurso para lembrar a toda a população do Estado que estaremos tratando essa questão, por iniciativa do nosso Presidente, Deputado Romeu Queiroz, no primeiro semestre do ano. Trabalharemos também em uma questão bastante grave: o problema do adolescente infrator nos grandes centros. Essa foi uma questão importantíssima, no ano passado, para a Casa, e foi o tema da Campanha da Fraternidade. Como fruto dessa discussão, tivemos o advento de uma legislação avançada com relação à questão dos direitos humanos, da segurança pública e do encarcerado. Portanto, este será um ano importante para a discussão dos direitos humanos na Assembléia Legislativa. Muito obrigado pela oportunidade, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Agradeço a V. Exa. pelo aparte, que veio enriquecer ainda mais a tese que estamos defendendo e destacando. Como foi muito bem colocado por V. Exa., Deputado João Leite, em Minas Gerais, colhemos frutos a partir da proposta de discussão da questão dos encarcerados, do sistema penitenciário e do sistema de segurança como um todo. Este ano, a Igreja escolheu como tema a educação, uma questão grave e fundamental no nosso país. A Igreja pretende, da mesma forma como tem feito com outros temas, levar toda a sociedade brasileira à discussão dessa grave questão, que é fundamental para qualquer sociedade que queira se desenvolver. O lema é: "Educação a serviço da vida e da esperança". A Igreja quer levar a sociedade à reflexão de que educação não é apenas problema do Estado. A responsabilidade, sem dúvida nenhuma, é do Estado em primeiro lugar. Porém, é dever de toda a sociedade, e cabe a cada cidadão brasileiro ocupar o seu espaço e contribuir para a melhoria da educação. Queremos fazer essa discussão aqui, sim, e ela passa pelos meios de comunicação social, que têm sido utilizados mais para deseducar o nosso povo do que propriamente para educar. Essa questão passa por uma revisão da concessão dos meios de comunicação, sim, porque é uma concessão do serviço público, é uma concessão do Governo Federal, é uma concessão que se faz a determinados grupos. E é preciso que haja responsabilidade. Tem de ser cobrado o seu papel, a sua responsabilidade, a sua obrigação de contribuir para educar, e não para deseducar, como temos visto, infelizmente, pelos meios de comunicação social. É o que a Igreja pretende levantando essa discussão, e, certamente, mais uma vez, esta Casa Legislativa, sensível às questões sociais de maior relevância, vai saber fazer ecoar esse tema aqui dentro.

A educação para o trânsito é muito importante. Estamos vendo, pelos resultados já colhidos, que houve uma redução de 50% nas transgressões de trânsito e uma redução de 50% nos acidentes. O jornal de hoje está trazendo também a notícia de que foram registrados 17 acidentes fatais, se não me engano, enquanto que no ano passado foram registrados 97, e no ano anterior, 100 acidentes fatais. Então, é necessário educar para o trânsito. E é preciso também levantarmos essa questão aqui. Esse não é um problema apenas dos políticos, mas os políticos, em primeiro lugar, têm de dar a sua cota de contribuição e se empenhar ainda mais, porque têm a obrigação de fazer isso. E passa também por uma discussão do papel da família. A desintegração da família passa por essa discussão, não podemos separar vida de educação. E o mundo já está discutindo agora quem será o trabalhador do ano 2010, ou seja, quem é que terá possibilidade de trabalhar no ano 2010, quais as qualificações profissionais que serão exigidas, quais as especializações que o profissional terá de ter para ingressar no mercado de trabalho. Essa é uma questão que vai se aprofundando, e os problemas vão se avolumar lá na frente, por isso a sociedade deve, neste momento, discutir essa questão e a questão da relação social, o respeito pelas leis. A Igreja também quer fazer isso: a educação para a cidadania, a questão da consciência do cidadão quanto aos seus direitos, mas, também, quanto aos seus deveres.

Enfim, parabéns, mais uma vez, à CNBB, parabéns à Igreja Católica, porque traz para discussão um problema tão grave como esse, sobre o qual toda a sociedade deve se debruçar, discutir exaustivamente, para que, com certeza, nos próximos anos, das discussões que fizermos possamos colher frutos de melhoria para a nossa sociedade. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/2/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observada a estrutura estabelecida pelas Deliberações da Mesa nºs 1.408, 1.475 e 1.503, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

exonerando Maria Cristina Duarte do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39; exonerando Vânia Maria de Melo Navarro do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13; nomeando Geraldo Lima de Faria para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando, a partir de 2/3/98, Antônio Fernandes Pereira do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13; exonerando, a partir de 2/3/98, Ricardo Souza Neto do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

nomeando Elisa Maria da Rocha Marques para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Geraldo Lima de Faria do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Júlio, Vice-Líder do Bloco Democrático Trabalhista; nomeando Maria Cristina Duarte para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Vânia Maria de Melo Navarro para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Aviso de Licitação

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 20/98 - Objeto: perfis estruturais ASTM A36 - Licitante vencedora: Açomec Ferro e Aço Ltda.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 02876 - Valor: R\$23.333,33.

Entidade: Prefeitura Municipal Aracuai - Aracuai.

Deputado: Geraldo Nascimento.

Convênio Nº 02883 - Valor: R\$7.339,00.

Entidade: Fundacao Assistencial Vicosense - Vicososa.

Deputado: Ibrahim Jacob.

Convênio Nº 02884 - Valor: R\$14.000,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Campina Verde - Campina Verde.

Deputado: Geraldo Rezende.

Convênio Nº 02885 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Associacao Comun. Abadiense Leoniria Justino Moura - Abadia Dourados.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 02886 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Leopoldina - Leopoldina.

Deputado: Bene Guedes.

Convênio Nº 02887 - Valor: R\$3.300,00.

Entidade: Caixa Escolar Marieta Soares Teixeira - Cataguases.

Deputado: Tarcisio Henriques.